

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO



Relatório de Monitoramento de Resultados **3º Quadrimestre de 2021**



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

A Empresa de Pesquisa Energética é uma empresa pública, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, e instituída nos termos da Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004. A EPE tem por finalidade prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outras.

Empresa de Pesquisa Energética - EPE DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

Thiago Vasconcellos Barral Ferreira

Diretor de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais

Giovani Vitória Machado

Diretor de Estudos de Energia Elétrica

Erik Eduardo Rego

Diretora de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis

Heloisa Borges Bastos Esteves

Diretora de Gestão Corporativa

Angela Regina Livino de Carvalho

Área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos - CGR

Elzenclever Freitas de Aguiar – Gestor

José Ricardo de Moraes Lopes – Analista de Pesquisa Energética

Sergio Lucio Miranda – Analista de Gestão Corporativa

João Pedro Mercês de Oliveira – Estagiário

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Membros do Conselho de Administração

Presidente

Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior

Membros do Conselho de Administração

Bruno Rodamilans Lowe Stukart

Mario Jorge Daher

Paulo Cesar Magalhães Domingues

Rafaella Peçanha Guzela

Thiago Vasconcellos Barral Ferreira

CONSELHO FISCAL

Membros do Conselho Fiscal. Presidente

Maurício de Oliveira Abi-Chahin

Membros do Conselho Fiscal

Luís Felipe Monteiro Serrão

Edson Antônio da Costa Neres

COMITÊ DE AUDITORIA

Presidente

Herbert Adriano Quirino dos Santos

Membros do Comitê de Auditoria

Joaquim Rubens Fontes Filho

Luís Carlos Da Conceição Freitas

Membros do Comitê de Riscos (CGRIC-X)

Elzenclever Freitas de Aguiar – Presidente CGRIC-X/PR

José Ricardo de Moraes Lopes – Secretário Geral do CGRIC-X/PR

Mariana Assis Espécie – Chefe de Gabinete/

Elisângela M. de Almeida – Superintendente da SMA/DEA

Mariana Goncalves de Azevedo Pacheco – Superintendente-Adjunta da SRF/DGC

Gustavo Naciff de Andrade – Superintendente-Adjunto da SEE/DEA

Claudia E. C. Bento – Superintendente-Adjunta da STI/DGC

Carlos Henrique Brasil de Carvalho – Assessor/PR

Deise dos Santos Trindade Ribeiro – Gab/DPG

Fábio de Almeida Rocha – STE/DEE

Guilherme Fialho - DEE/SEG

Joana D'arc de França Cordeiro – SGE/DEE

Lauro Damasceno – LIC/DGC

Luisa D. Ferreira Alves – CONJUR/PR

João Pedro Mercês de Oliveira – Estagiário Marcelo

Mendes de Brito Fernandes – SGP/DGC

Marcelo H. Cayres Loureiro – SEE/DEA

Marilene Dias Gomes Motta – SMA/DEA

Regina Freitas Fernandes – SPG/DPG

Sumário

1.	APRESENTAÇÃO	5
2.	PRINCIPAIS RESULTADOS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2021	5
3.	DETALHAMENTO DOS RESULTADOS.....	6
3.1.	Revisão e Aprovação do Novo Plano de Integridade da EPE	6
3.2.	Combate à Corrupção	7
3.3.	Contratação de Serviços Especializados	7
3.3.1.	Diagnóstico do Sistema Normativo	7
3.3.2.	Automatização do Planejamento Estratégico Institucional	8
3.4.	Indicadores De Governança	8
3.4.1.	5º Ciclo IG-SEST	8
3.4.2.	Processo de fiscalização do TCU - Indicador IGG 2021	9
3.4.3.	Análise de Auditoria da transparência no Site Internet	10
4.	MONITORAMENTO DOS PLANOS DE TRATAMENTO - NOVA MATRIZ DE RISCOS ESTRATÉGICOS.....	13
4.1.	Detalhamento dos Principais Planos de Tratamento.....	14
4.2.	Conjuntura hídrica e os impactos da lei nº 14.182/2021	18
4.2.1.	Plano De Tratamento da EPE Considerando a Atual Conjuntura Hídrica	18
4.2.2.	Plano de tratamento da EPE considerando os impactos da lei nº 14.182/2021 sobre as atividades e produtos da EPE	20
5.	SÍNTESE DO PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS.....	25
5.1.	Levantamento dos Riscos junto às Áreas e Superintendências.....	25
5.2.	Mapas de Calor.....	26
5.3.	Criticidade dos Riscos Residuais.....	27
5.4.	SEE – Balanço Energético Nacional	29
5.5.	SMA – UHE BEM QUERER.....	30
5.6.	SEG - Etapa de inscrição e cadastramento de projetos para os leilões de energia	32
5.7.	SGE – Elaboração do capítulo 3 sobre Geração de Energia Elétrica do PDE.....	33
5.8.	STE – Relatório de viabilidade técnico econômica de alternativas	34
5.9.	SGP – Processo de Gestão de ponto	36
5.10.	SRF – Processo efetuar pagamentos devidos	37
5.11.	SRF – Processo das Demonstrações Financeiras.....	38
5.12.	SRL – Gestão Documental	39
5.13.	SRL – Gestão Patrimonial	40

5.14.	SPG – Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás	42
5.15.	CONJUR - Manifestação Jurídica; Representação Judicial ou Extrajudicial; Gerenciamento e Fiscalização dos Contratos.....	44
6.	RISCOS RELACIONADOS À FALTA DE CONFORMIDADE COM A LGPD	45
7.	CONCLUSÃO	45

1. APRESENTAÇÃO

O presente relatório registra os principais resultados decorrentes da atuação da Área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos (CGR) no 3º quadrimestre de 2021, a ser entregue no 1º Quadrimestre de 2022. Esta tarefa foi realizada atendendo à Política de Gestão de Riscos (PDG-COA-008) e à Política de Gestão de Conformidade e de Controle Interno (PDG-COA-009) e, também, às competências estipuladas para a CGR constantes no Artigo 125 do Estatuto Social, aprovado na 9ª Assembleia Geral Extraordinária, em 09 de abril de 2021.

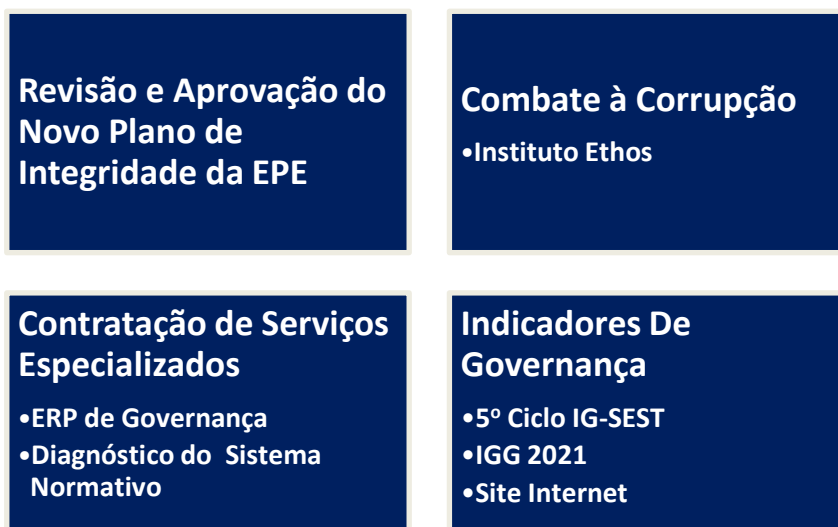
Salienta-se que os projetos conduzidos pela área de CGR garantem e reforçam o alinhamento com o Planejamento Estratégico Institucional (PEI), atendendo ao objetivo do ciclo do PEI de 2021-2025:

“Fortalecer a cultura de governança, visando a consolidação da gestão estratégica, de riscos e integridade, em consonância com as diretrizes governamentais e as melhores práticas do mercado”.

Destaca-se que a elaboração e divulgação do presente relatório é realizada com o grau de detalhamento adequado à complexidade e escopo do funcionamento da EPE, bem como à sofisticação dos sistemas e operações de Gestão de Riscos.

2. PRINCIPAIS RESULTADOS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2021

A seguir estão listados os principais trabalhos executados pela área de CGR no 3º quadrimestre de 2021, assim como os principais resultados apontados pelos órgãos de controle externos.



Legenda:

 Concluído

3. DETALHAMENTO DOS RESULTADOS

3.1. Revisão e Aprovação do Novo Plano de Integridade da EPE

A versão vigente do Plano de Integridade da EPE foi aprovada pela Diretoria Executiva da EPE, por meio da RD nº 01/485^a, em 18 de dezembro de 2018. O Plano de Integridade é o conjunto de medidas organizado de maneira sistêmica em um documento único, com a finalidade de prevenir, detectar e remediar as ocorrências de quebra de integridade na EPE.

Desde sua aprovação, em dezembro de 2018, até o momento, aconteceram diversos fatos marcantes, tanto a nível de evolução na legislação quanto nas boas práticas de governança e gestão, assim como do próprio ciclo do Planejamento Estratégico Institucional. Dessa forma, torna-se relevante e necessário revisar e aprovar uma nova versão do Plano de Integridade da EPE. Assim, o Conselho de Administração da EPE aprovou uma nova versão do Plano de Integridade em 10 de dezembro de 2021, por meio da DCA nº 07/211^a.

O Plano contém o mapeamento de todos os riscos relacionados à integridade, trazendo também as ações que devem ser implementadas para a sua mitigação. Nesse novo ciclo mantiveram-se os 09 riscos de integridade identificados desde a primeira versão, atualizando-se o conjunto de ações para mitigação, assim como o conjunto de controles internos existentes e correlacionados a cada risco. Destacamos o processo de monitoramento do plano como um importante compromisso com a nossa missão, nossos valores e nossos objetivos estratégicos.

Na figura a seguir destacamos os 09 riscos levantados e seus respectivos níveis de criticidade, onde o nível alto encontra-se demarcado em vermelho, o de nível médio em amarelo e os riscos classificados como nível baixo em verde.

R1 - Nepotismo	R2 - Assédio Moral e Sexual	R3 - Vazamento de Informação
R4 - Abuso de Posição ou de poder em favor de interesses privados	R5 - Conflito de Interesses	R6 - Solicitação ou recebimento de propina/pagamento
R7 - Exercer pressão ilegal ou antiética para influenciar agente público/privado	R8 - Falhas na apuração de responsabilidades funcionais	R9 - Fraude e Corrupção

3.2. Combate à Corrupção

Em dezembro de 2021 a EPE renovou um importante compromisso para fins de manter a adesão ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, iniciativa mantida pelo Instituto Ethos. A empresa precisou responder às questões presentes no Guia Temático de Integridade dentro do prazo estipulado. O Guia Temático é uma ferramenta de gestão das práticas de integridade, apresentando um caminho para as empresas que desejam ter uma gestão socialmente responsável. Além de monitorar os compromissos assumidos pelas empresas signatárias do Pacto Empresarial.

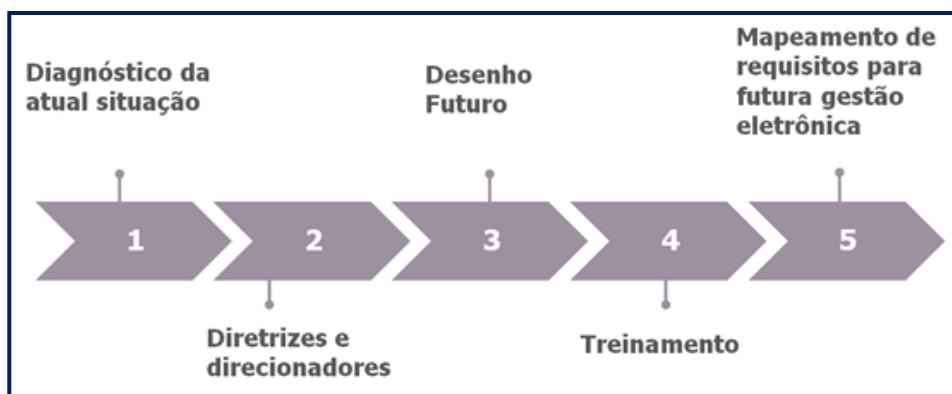
Lembramos que a iniciativa é um compromisso voluntário assumido por empresas privadas e públicas, cujo objetivo é uni-las na promoção de um mercado mais íntegro e ético e reduzir as diferentes práticas de corrupção.

Ao se tornarem signatárias do pacto, as empresas assumem o compromisso de divulgar a legislação brasileira anticorrupção para seus funcionários e partes interessadas, a fim de que seja cumprida integralmente. Adicionalmente, as empresas se comprometem a vedar qualquer forma de suborno e primar pela transparência de informações e colaboração em investigações, quando necessário.

3.3. Contratação de Serviços Especializados

3.3.1. Diagnóstico do Sistema Normativo

A área de CGR executou processo de contratação de consultoria para fins de realização de diagnóstico do sistema normativo da EPE. O sistema normativo da empresa foi aprovado em 2014 e tem operado desde essa época, mas torna-se necessária sua revisão. O projeto caracteriza-se pelo seguinte conjunto de entregáveis:



A Execução plena dessa contratação está prevista para acontecer no início de 2022 culminando com a indicação de um novo Sistema Normativo, atualizado e apto a atender às necessidades da EPE. Salientamos que o Sistema Normativo da EPE é um importante Controle Interno que colabora com a Governança Corporativa.

3.3.2. Automatização do Planejamento Estratégico Institucional

Além dessa contratação, a CGR e a Assessoria de Transformação Organizacional da presidência deram continuidade ao trabalho para composição do processo de aquisição do ERP de Governança, de forma a automatizar e permitir uma evolução de eficiência e eficácia na operacionalização dos trabalhos relacionados à gestão do Planejamento Estratégico Institucional, do Plano de Negócios e seus respectivos conjuntos de indicadores, assim como dos trabalhos relacionados à gestão de riscos, dos controles internos e das ocorrências de não conformidades. O pregão eletrônico ocorreu no final de 2021 e a implementação das ações para execução do contrato devem ocorrer no início de 2022.

3.4. Indicadores De Governança

3.4.1. 5º Ciclo IG-SEST

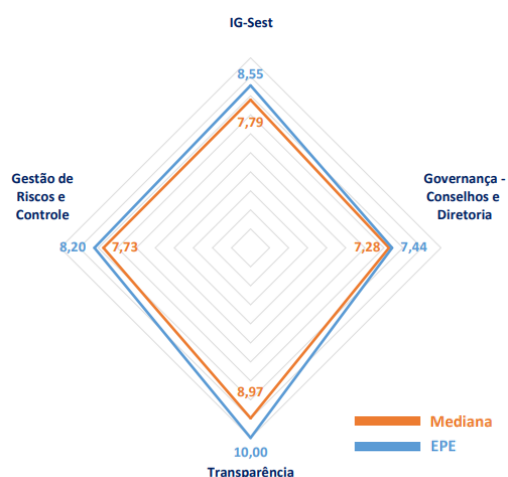
Em cerimônia realizada em 01 de dezembro de 2021 pelo Ministério da Economia, a EPE recebeu o certificado referente ao 5º Ciclo de avaliação do indicador IG-SEST. Dentre as 60 empresas estatais participantes, somente 31 foram certificadas. A EPE foi classificada no nível 2, com **nota global 8,55**. Além disso, a EPE obteve pontuações acima da mediana para todos os temas avaliados.



O IG-SEST é o indicador utilizado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) para estimular a implementação e o desenvolvimento de boas práticas de governança nas empresas estatais. Além da avaliação do cumprimento de diversos dispositivos legais, infralegais e de boas práticas aplicáveis às empresas, principalmente no que se refere a Lei 13.303/2016, ao Decreto

nº 8945/2016 e às resoluções CGPAR, o 5º ciclo do IG-SEST incorporou itens relacionados às diretrizes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ao novo estatuto modelo elaborado pela Sest e a recomendações de outras entidades e órgãos como a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

1)



A Empresa de Pesquisa Energética atendeu plenamente a 78,0% dos itens do questionário.



Atendidos: 78,0%

Parcialmente atendidos: 8,0%

Não atendidos: 10,0%

Não aplicáveis: 4,0%

3.4.2. Processo de fiscalização do TCU - Indicador IGG 2021

Em maio de 2021 teve início processo de fiscalização do TCU visando a coleta de dados das organizações jurisdicionadas sobre governança organizacional e gestão públicas (trabalho conhecido como iGG1). O trabalho foi realizado por meio de questionário eletrônico, que deveria ser respondido dentro do prazo estipulado, no novo sistema e-Governança do TCU.

O trabalho contou com uma ampla participação de diversas áreas da empresa diretamente afetadas, pelo processo de fiscalização.

No 3º quadrimestre de 2021 a empresa recebeu, por parte do TCU, o relatório de resultados denotando os

¹ Índice integrado de governança e gestão públicas que representa todas as práticas avaliadas nos questionários de governança e de gestão, nos processos de fiscalização realizados sobre o TCU sobre esse tema.

principais avanços da EPE e os possíveis pontos de melhoria a serem trabalhados. A CGR irá conduzir um processo de análise junto às demais áreas da empresa, para especificar os possíveis planos de ação necessários, para aperfeiçoar ainda mais seu processo de governança corporativa.

3.4.3. Análise de Auditoria da transparência no Site Internet

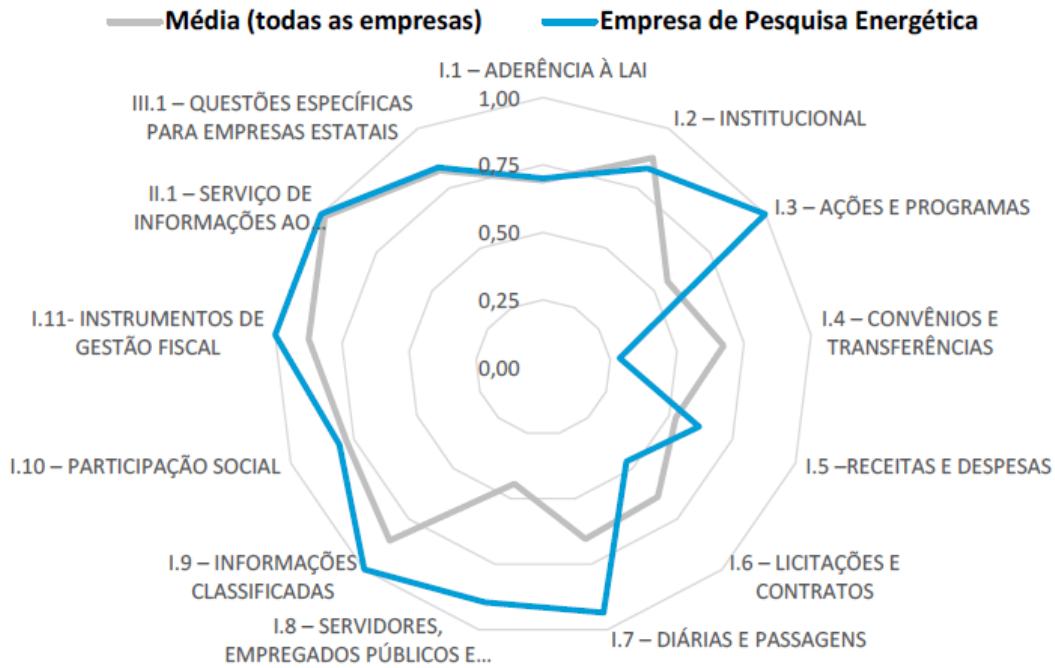
Em dezembro de 2021 a EPE recebeu relatório personalizado do TCU referente aos resultados do processo fiscalização realizada pelo TCU entre 2019 e 2020 para avaliar a conformidade das empresas estatais aos critérios e boas práticas de transparência (TC 008.538/2020-4, Acórdão 2.647/2020-TCU-Plenário e TC 015.971/2021-0, Acórdão 2.726/2021-TCU-Plenário).

Esta fiscalização é a segunda iniciativa do TCU para aferir a transparência dos portais eletrônicos das empresas estatais. O primeiro ciclo ocorreu em 2016. Em função das alterações normativas ocorridas desde 2016, a equipe de fiscalização desenvolveu novo questionário de avaliação contendo, ao todo, 203 itens de verificação, classificados em treze grupos, para conduzir o processo de respostas e para propiciar análise de cada tema afeto à transparência.

No período de julho a novembro de 2020, a equipe de fiscalização conferiu integralmente as respostas a cada um dos itens de verificação para o conjunto de todas as empresas fiscalizadas (56 empresas estatais), ou seja, houve checagem, pelos auditores, das informações de transparência disponibilizadas em todos os 56 sítios eletrônicos. Salientamos que de novembro de 2020, até o final de 2021 as informações constantes do portal da EPE foram atualizadas e aperfeiçoadas, devido a outros processos de fiscalização e avaliação. Dessa forma, entendemos que os números apresentados neste trabalho de fiscalização encontram-se hoje superados, por um melhor resultado da EPE, conforme demonstrados na própria avaliação do indicador IGG 2021, no tema Transparência.

O gráfico abaixo apresenta os índices apurados para a empresa em cada grupo temático comparativamente aos valores das médias, ao se considerar o conjunto de todas as empresas estatais avaliadas.

ÍNDICES DA EMPRESA EM CADA DIMENSÃO DA TRANSPARÊNCIA



MATRIZ DE RISCOS ESTRATÉGICOS

**Monitoramento dos
Planos de Tratamento**

4. MONITORAMENTO DOS PLANOS DE TRATAMENTO - NOVA MATRIZ DE RISCOS ESTRATÉGICOS

No 3º quadrimestre de 2021 deu-se continuidade ao processo de monitoramento dos planos de tratamento visando a mitigação da matriz de riscos estratégicos da EPE. Vale lembrar que a Nova Matriz de Riscos Estratégicos da EPE foi aprovada no 1º quadrimestre de 2021 pelo Conselho de Administração da empresa, em sua 202ª reunião, realizada em 16 de abril de 2021.

Segue listagem de planos de ação/tratamento alocados na presidência visando a mitigação dos 19 riscos estratégicos da EPE. Destaca-se que os planos de tratamento demarcados em vermelho se referem às medidas de mitigação dos dois riscos com maior nível de prioridade na empresa. O risco R18 – “Insuficiência de recursos orçamentários e financeiros para o cumprimento dos objetivos organizacionais”, com nível de prioridade 20 e o risco R17 – “Força de trabalho insuficiente para o cumprimento das atividades estratégicas”, com nível de prioridade 16.

Matriz de Riscos Estratégicos Planos de Tratamento		PRESIDÊNCIA	
<p>GABINETE</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> PR.GAB.01.001 - Aprimorar as relações institucionais prevenindo destacamento de pontos focais para atuação junto ao MME/ME e Congresso Nacional. <input type="checkbox"/> PR.GAB.01.002 - Aperfeiçoar o ciclo de execução de reuniões do CONCEPE <input type="checkbox"/> PR.GAB.01.005 - Agenda Técnica Conjunta das Diretorias <input checked="" type="checkbox"/> PR.GAB.01.023 - Negociações para a diversificação das fontes de receita da EPE 		<p>ASSESSORIA (GESTÃO)</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> PR.ASS.01.012 - Aferição da maturidade em gestão / governança <input type="checkbox"/> PR.ASS.01.013 - Verificação da aderência da Gestão de Projetos à Empresa <input type="checkbox"/> PR.ASS.01.014 - Elaboração de Manual e definição de metodologia e normativos para a gestão do PDI <p>ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> PR.PCS.01.004 - Implantação do Programa de Porta Vozes <p>ÁREA DE CONFORMIDADE E GESTÃO DE RISCOS</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> PR.CGR.01.008 - Aquisição e implantação de soluções tecnológicas para apoio ao Planejamento Estratégico, área de Riscos e Controles Internos <input type="checkbox"/> PR.CGR.01.010 - Aprimoramento das campanhas de comunicação e sensibilização 	
		<p>ASSESSORIA (FINALÍSTICA)</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> PR.ASS.01.007 - Estabelecimento de processo para formalização de demandas por parte do MME <p>CONSULTORIA JURÍDICA</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> PR.PCJ.01.003 - Implementação de Norma de Acordo de Cooperação Técnica <input type="checkbox"/> PR.PCJ.01.011 - Desenvolvimento dos instrumentos de apuração de responsabilidade 	

Na listagem abaixo destacam-se os planos de ação/tratamento alocados nas Superintendências da Diretoria de Gestão Corporativa, para 2021:

Matriz de Riscos Estratégicos Planos de Tratamento		DIRETORIA DE GESTÃO CORPORATIVA DGC	
<p>SGP</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> DGC.SGP.01.021 - Elaboração do Dimensionamento da Força de Trabalho <input type="checkbox"/> DGC.SGP.01.022 - Estabelecimento de novas relações e formas de captação de recursos humanos (aprimorar movimentação externa, acordos de cooperação, parcerias e interface com SEST e SGP/ME) 	<p>SRF</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> DGC.SRF.01.024 Implantação de controle físico, orçamentário e financeiro integrados aos planos estratégicos, táticos e operacionais <input type="checkbox"/> DGC.SRF.01.026 Implementação de Sistemas Integrados para gestão orçamentária <p>STI</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> DGC.STI.01.006 - Automação e data science <input type="checkbox"/> DGC.STI.01.015 - Aperfeiçoar o processo de integração da TI com as áreas finalísticas <input type="checkbox"/> DGC.STI.01.016 - Realização de ações de capacitação em TI, para usuários e para a equipe de TI <input type="checkbox"/> DGC.STI.01.017 - Reformulação do Comitê de TI <input type="checkbox"/> DGC.STI.01.018 - Elaboração e divulgação do novo PETI/PDTI <input type="checkbox"/> DGC.STI.01.019 - Aperfeiçoamento do processo de Planejamento Orçamentário de TI 	<p>SRL</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> DGC.SRL.01.009 - Implementação da Gestão Documental <input type="checkbox"/> DGC.SRL.01.025 - Elaboração de Manual de Procedimentos de Licitação e Gestão de Contratos 	

Principais considerações sobre o processo de monitoramento dos planos de tratamento referentes à matriz de riscos estratégicos da EPE:

- Neste quadrimestre manteve-se o foco nos resultados dos planos de tratamento inerentes aos dois riscos com maior nível de classificação dentro da matriz de riscos estratégicos (R17: Força de trabalho insuficiente para o cumprimento das atividades estratégicas; e R18: Insuficiência de recursos orçamentários e financeiros para o cumprimento dos objetivos organizacionais), além das ações executadas para tratamento das questões trazidas pela crise hídrica e pela lei de capitalização da Eletrobras, e suas intercorrências que precisam ser observadas pela EPE.

4.1. Detalhamento dos Principais Planos de Tratamento

Seguem os detalhamentos das atividades realizadas concernentes aos dois principais riscos existentes na matriz de riscos da EPE:

R17: Força de trabalho insuficiente para o cumprimento das atividades estratégicas

Plano de Tratamento DGC.SGP.01.021:

Objetivo	Dimensionar a força de trabalho
Escopo	Conforme o planejado
Cronograma	Atrasado (ultrapassa 2021)
Entregas/Avanços Realizados em 2021	<p>Realização de benchmarking</p> <p>Reuniões com fornecedores</p> <p>Identificação de fornecedor compatível com os interesses da EPE (UnB)</p> <p>Reuniões de apresentação da proposta para as coordenações da DGC envolvidas</p> <p>Reunião de apresentação da proposta de trabalho para a Diretoria Executiva</p> <p>Obtenção de proposta de trabalho para instrução processual</p> <p>Análise da proposta de trabalho pelas áreas envolvidas da DGC</p>
Observações Gerais	<p>O tema é extremamente relevante para a EPE. Ainda que tenham sido feitos vários estudos, sua complexidade e sua aplicação demandaram várias reuniões tanto internas na SGP e DGC, quanto discussões do tema pela Diretoria Executiva. Tais conduções impactaram numa dilatação do tempo inicialmente estimado. Somado a isso a implantação de um trabalho desta natureza requer a dedicação das áreas, o que "compete" com outras entregas necessárias de cada unidade organizacional. Esta condição também impactou nas reflexões e no tempo para as decisões institucionais.</p> <p>Por ser um assunto que permeia diretamente todas as áreas da empresa e requer que estas também o operacionalizem, a alocação temporária de profissionais de outras áreas na SGP com foco na discussão de aspectos como metodologia / métricas etc. e que operacionalizem a execução do projeto se faz necessária, sob o risco de retardo e inexecução do serviço.</p>

Plano de Tratamento DGC.SGP.01.022:

Objetivo	Estabelecer novas relações e formas de captação de recursos humanos (aprimorar movimentação externa, acordos de cooperação, parcerias e interface com SEST e SGP/ME)
Escopo	Redefinido / Acima do Planejado
Cronograma	Redefinido / Concluído
Entregas/Avanços Realizados em 2021	<p>Movimentação externa: em negociação de 1 vaga por movimentação consensual. Demais vagas tiveram a movimentação rejeitada pelo Ministério da Economia, sem êxito nas negociações - Edital EPE 01</p> <p>Ampliação do programa de estágio: novo agente de integração contratado, com estágio alcançando Pós-Graduandos (Mestrando e Doutorandos)</p> <p>Concurso para reposição de vaga: projeto antecipado. Contratada entidade promotora e publicado no DOU em 07/12/2021, para realização em 2022</p>
Observações Gerais	Ainda que a movimentação externa não tenha logrado êxito, na medida em que depende de aprovação de

órgão da Administração Pública externo à EPE, houve um redirecionamento do projeto do Concurso Público para reposição de vagas que estava previsto para iniciar em 2022, viabilizando o início de todo o processo e a contratação da entidade promotora em 2021.

O instituto de movimentação externa, com base no Edital 2020 da EPE, foi impactado pelas mudanças nas referências normativas emanadas pelo Ministério da Economia ao longo do processo, além do seu tempo de execução que poderia ter sido poupado caso o Edital focasse na absorção de servidores sem ressarcimento, dada a clara perspectiva de inviabilidade orçamentária da EPE para ressarcimento aos órgãos de origem. Na forma atualmente possível e nos condicionantes deste tipo de movimentação, tal instituto não apresenta para a EPE uma relação esforço x resultado positiva.

A implementação do concurso público foi viabilizada em função da constituição de comitê específico, com representação de todas as áreas da empresa, coordenado pela DGC/SGP em conjunto com a PR/PCJ, conferindo celeridade e maior assertividade ao processo.

Ações adicionais: Ações e Acordos off-Balance - GIZ (diversos), BID-CEBRI (PDI 2021: DEA.03.09), BNDES (O&G-Compensação Florestal – PDI 2021: DEA.03.04), WB-CEPA-CERI (eletromobilidade - estudo de caso SP), BEP (Hidrogênio Azul e Turquesa), CRP IAEA (SMR), PTI-Itaipu, IEA (mercado de carbono), Euroclima+. Acabaram por viabilizar o fornecimento de produtos e serviços dentro do escopo de cada acordo, sem a necessidade de recursos financeiros ou de recursos humanos da própria EPE.

Plano de Tratamento DGC.STI.01.006:

Objetivo	Automatizar processos de negócio e gestão, fornecer soluções de Análise e Ciência de Dados e sistemas de informação para a empresa, de forma priorizada e estratégica. Visa, também, a aumentar a produtividade das áreas, entregando soluções tecnológicas mais eficientes, seguras e modernas.
Escopo	Redefinido / Acima do Planejado
Cronograma	Redefinido / Acima do Planejado
Entregas/Avanços Realizados em 2021	Foram finalizadas as propostas de PETI e PDTI, mantendo alinhamento com o PEI, PN e PDI. Esse plano de tratamento tem ações de curto, médio e longo prazo, onde se levará algum tempo para delinear todas as ações de automatização que sejam possíveis.
Observações Gerais	No último quadrimestre de 2021 foram feitos esforços para o planejamento de ações a serem executadas em 2022.

R18: Insuficiência de recursos orçamentários e financeiros para o cumprimento dos objetivos organizacionais.

Plano de Tratamento PR.GAB.01.023:

Objetivo	Visa a estabelecer negociações para a diversificação das fontes de receita da EPE. O objetivo deste plano de tratamento é de analisar alternativas para diversificar as fontes de receita da EPE
Entregas/Avanços Realizados em 2021	Foi realizada análise sobre possíveis alternativas para a diversificação das fontes de receita da EPE. Encaminhamento, ao MME, de minuta de Decreto para regulamentar a Resolução CNPE nº 002/2021, a qual tramitou junto ao Ministério da Economia e à Casa Civil. Encaminhamento de ofício ao MME indicando as possíveis linhas de ação para a proposição de emendas parlamentares para a EPE para o exercício 2022. A alteração do CNAE da EPE também foi concluída.
Observações Gerais	O objetivo deste plano de tratamento é de analisar alternativas para diversificar as fontes de receita da EPE. Tais ações se justificam em virtude da atual condição orçamentária da EPE, empresa pública 100% dependente do orçamento fiscal da União. Ao se enquadrar como empresa 100% dependente, a EPE acaba se tornando vulnerável a condicionamentos e contingenciamentos impostos pela lei orçamentária anual, o que, por vezes, dificulta o pleno cumprimento das suas atribuições legais e objetivos de política pública. Esse projeto conta com a atuação conjunta da Superintendência de Recursos Financeiros e da Diretoria de Gestão Corporativa junto à Presidência da EPE, com o apoio da Consultoria Jurídica

Ações adicionais: Ações e Acordos off-Balance - GIZ (diversos), BID-CEBRI (PDI 2021: DEA.03.09), BNDES (O&G-Compensação Florestal – PDI 2021: DEA.03.04), WB-CEPA-CERI (eletromobilidade - estudo de caso SP), BEP (Hidrogênio Azul e Turquesa), CRP IAEA (SMR), PTI-Itaipu, IEA (mercado de carbono), Euroclima+. Acabaram por viabilizar o fornecimento de produtos e serviços dentro do escopo de cada acordo, sem a necessidade de recursos financeiros ou de recursos humanos da própria EPE.

Plano de Tratamento PR.GAB.01.001:

Objetivo	Visa a aprimorar as relações institucionais prevendo destacamento de pontos focais para atuação junto ao MME/ME e Congresso Nacional, aproximando a EPE do Poder Legislativo Federal (Senado Federal e Câmara dos Deputados), assim como das diferentes áreas do Ministério da Economia e do próprio Ministério de Minas e Energia
Entregas/Avanços Realizados em 2021	As equipes da EPE participaram de reuniões de alinhamento com as diferentes secretarias do Ministério da Economia visando a oferecer esclarecimentos sobre temas técnicos cobertos pela EPE, como geração distribuída, mercado de carbono no Brasil, estudos de planejamento energético, dentre outros. O Ministério de Minas e Energia também acompanhou parte dessas interações. Foram realizadas reuniões com a Assessoria Parlamentar sobre assuntos relacionados ao setor de energia; Ocorreu a estruturação, em caráter experimental, de grupo de acompanhamento, no âmbito da Presidência,

	<p>para temas técnicos de interesse da EPE.</p> <p>A EPE participou em Audiências Públicas e reuniões técnicas convocadas pela Câmara dos Deputados e Senado Federal sobre temas relacionados ao setor energético.</p>
Observações Gerais	<p>Considerando a relevância das atividades desenvolvidas pela EPE e sua atual condição de dependência do orçamento fiscal da União, torna-se fundamental delinear ações que possibilitem uma melhor interação junto a estes agentes. Dessa forma, a EPE terá melhores elementos para destacar a sua atuação na operacionalização das políticas públicas consignadas pelo seu ato de criação e demonstrar mais apropriadamente o valor público das atividades desenvolvidas pela empresa.</p>

As equipes da EPE participaram de reuniões de alinhamento com as diferentes secretarias do Ministério da Economia visando a oferecer esclarecimentos sobre temas técnicos cobertos pela EPE, como geração distribuída, mercado de carbono no Brasil, estudos de planejamento energético, dentre outros. O Ministério de Minas e Energia também acompanhou parte dessas interações.

4.2. Conjuntura hídrica e os impactos da lei nº 14.182/2021

4.2.1. Plano De Tratamento da EPE Considerando a Atual Conjuntura Hídrica

Diante da atual conjuntura hídrica observada para os reservatórios de usinas hidrelétricas localizadas no Centro-Sul do Brasil, uma nova condição para o suprimento de energia elétrica se realizou nos últimos meses, em especial por conta do registro das piores médias de chuvas para o período úmido nos últimos 91 anos. A EPE, como um dos órgãos que integram o setor elétrico brasileiro, tem atuado de forma intensa, no âmbito das suas competências legais, na proposição de soluções e no acompanhamento dos desdobramentos das principais decisões que estão sendo tomadas para garantir o abastecimento elétrico do país.

Destacam-se, então, os principais marcos do Plano de Tratamento “Análise crítica, pela perspectiva do planejamento energético, do suprimento de energia elétrica no país a partir da atual conjuntura hídrica”.

Principais ações constantes do Plano de Negócios 2021 (considerados controles já existentes, para o risco em questão)	<p>Estudos relacionados às restrições operativas de UHEs (DEA.03.05);</p> <p>Revisões quadrimestrais da carga (DEA.01.05);</p> <p>Leilões de geração de energia no ACR (DEE.01.01);</p> <p>Manutenção e desenvolvimento de modelos (DEE.01.04);</p> <p>Estudos de planejamento da expansão da transmissão (DEE.01.07);</p> <p>CPAMP: acompanhamento dos temas 2021-2022 (DEE.02.02);</p> <p>Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) (PR.01.01);</p> <p>Cenários de emissões do setor energético (PR.03.04).</p>
Objetivos Justificativas	<p>A partir dos controles já implementados na EPE, a presente ação tem como objetivo principal reduzir e mitigar os riscos associados aos objetivos estratégicos relacionados aos principais processos finalísticos da empresa, bem como sua interrelação com a sociedade. Dado o contexto hídrico atual e a possibilidade de extensão de seus efeitos ainda para o próximo ano, a adoção de medidas tempestivas pela EPE torna-se imprescindível para garantir que o planejamento de médio e longo prazo reflita, de forma não enviesada, seja efetivado com maior realismo. Para tanto, a identificação de possíveis aprimoramentos e o diagnóstico preciso da conjuntura atual são fundamentais.</p>

Responsáveis	A presidência da EPE é responsável direta pelo plano de tratamento, tendo a Diretoria de Estudos de Energia Elétrica – DEE e a Diretoria de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais – DEA envolvidas na condução das ações e atividades.
Riscos mitigados pela ação	R1 - Perda de relevância como ator ou efetividade no processo; R2 - Perda de eficácia do planejamento energético; R4 - Inadequação da comunicação junto às partes interessadas; R5 - Desalinhamento técnico com a realidade, tendências de mercado ou políticas públicas; R8 - Dificuldades de responder tempestivamente às demandas urgentes do MME, do CNPE e do Congresso Nacional.
Objetivos estratégicos atingidos pelos riscos	S01 - Estimular a modernização do ambiente de negócios e dos mecanismos de desenvolvimento da infraestrutura de energia no Brasil; S02 - Fortalecer o diálogo com os múltiplos agentes do setor energético e demais partes interessadas, buscando consensos na promoção da transição energética nacional; PF01 - Aprimorar a indicação de oportunidades de investimentos no setor de energia, de forma integrada e isenta, visando a segurança energética nacional. PF04 - Aprimorar o assessoramento ao Ministério de Minas e Energia e as entidades responsáveis pela formulação da Política Energética Nacional.
Avanços realizados – 1º quadrimestre de 2021	Acompanhamento/assessoramento técnico ao CMSE e à CPAMP; Participação na CPAMP para revisão dos parâmetros de aversão ao risco.
Avanços realizados – 2º quadrimestre de 2021	Acompanhamento/assessoramento técnico ao CMSE e à CREG; Realização de ajustes no cronograma e na metodologia do PDE 2031; Monitoramento das demandas de imprensa sobre a atual conjuntura hídrica, com vistas ao melhor atendimento das solicitações; Participação nas discussões do novo Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH); Participação na CPAMP para revisão dos parâmetros de aversão ao risco.
Avanços realizados – 3º quadrimestre de 2021	Acompanhamento/assessoramento técnico ao CMSE e à CREG; Definição das bases necessárias para formalização de novo acordo operacional com NOS; Contratação sobre mudanças climáticas e setor de energia; Interação com instituições de pesquisa para melhor incorporação das mudanças climáticas no planejamento do setor; Interação com instituições de pesquisa para a incorporação das mudanças climáticas no planejamento do setor; Suporte técnico para o MME na realização do Procedimento Simplificado de Contratação; Revisão do Plano de Comunicação Externa, visando incluir novas partes interessadas e canais de relacionamento; Diagnóstico das oportunidades de melhoria para o planejamento energético; Aproximação institucional com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, com foco no planejamento; Participação na CPAMP para revisão dos parâmetros de aversão ao risco.

Os objetivos almejados foram alcançados. O escopo do plano de tratamento foi observado e o cronograma executado conforme planejado em 2021. Novas ações serão necessárias em 2022.

4.2.2. Plano de tratamento da EPE considerando os impactos da lei nº 14.182/2021 sobre as atividades e produtos da EPE

A promulgação da lei de capitalização da Eletrobras trouxe uma série de comandos voltados para o planejamento energético. Dada a atuação da EPE no suporte ao MME para o planejamento energético nacional, torna-se imperioso avaliar os impactos da Lei nº 14.182/2021 sobre os principais produtos e atividades da EPE.

Destacam-se, então, os principais marcos do **Plano de Tratamento “Análise dos impactos da Lei nº 14.182/2021 sobre as atividades e produtos da EPE”**.

Principais ações constantes do Plano de Negócios 2021 (considerados controles já existentes, para o risco em questão)	Cálculos e Revisões de Garantia Física (DEE.02.01); Acompanhamento Estruturado de Temas de Interesse no Âmbito Legal e Regulatório do Setor de Energia (PR.03.05).
Objetivos e Justificativas	A presente ação tem como objetivo identificar de que forma os comandos contidos na Lei nº 14.182/2021 impactam as atividades desenvolvidas pela EPE no âmbito do suporte que a empresa oferece ao MME para o planejamento energético do país.
Responsáveis	A presidência da EPE é responsável direta pelo plano de tratamento, tendo a Diretoria de Estudos de Energia Elétrica – DEE, a Diretoria de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais – DEA e a Diretoria de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis – DPG envolvidas na condução das ações e atividades.
Riscos mitigados pela ação	R1 - Perda de relevância como ator ou efetividade no processo; R2 - Perda de eficácia do planejamento energético; R5 - Desalinhamento técnico com a realidade, tendências de mercado ou políticas públicas.
Objetivos estratégicos atingidos pelos riscos	S01 - Estimular a modernização do ambiente de negócios e dos mecanismos de desenvolvimento da infraestrutura de energia no Brasil; PF01 - Aprimorar a indicação de oportunidades de investimentos no setor de energia, de forma integrada e isenta, visando a segurança energética nacional.
Avanços realizados – 1º trimestre de 2021	Monitoramento da tramitação da Medida Provisória no Congresso Nacional.
Avanços realizados – 2º trimestre de 2021	Formalização de grupo técnico interno para avaliar os impactos da referida Lei; Elaboração de relatório contendo análise do impacto sobre os produtos e atividades da EPE.
Avanços realizados – 3º trimestre de 2021	Suporte ao MME para a viabilização da capitalização da Eletrobras (cálculos de garantia física, valor novo de reposição, Angra 3);

Incorporação das medidas à metodologia do PDE 2031;

Realização de reuniões de alinhamento com o MME para destacar os resultados do relatório;

Assessorar o MME no planejamento dos leilões de reserva de capacidade previstos na Lei;

Acompanhamento da regulamentação da referida Lei.

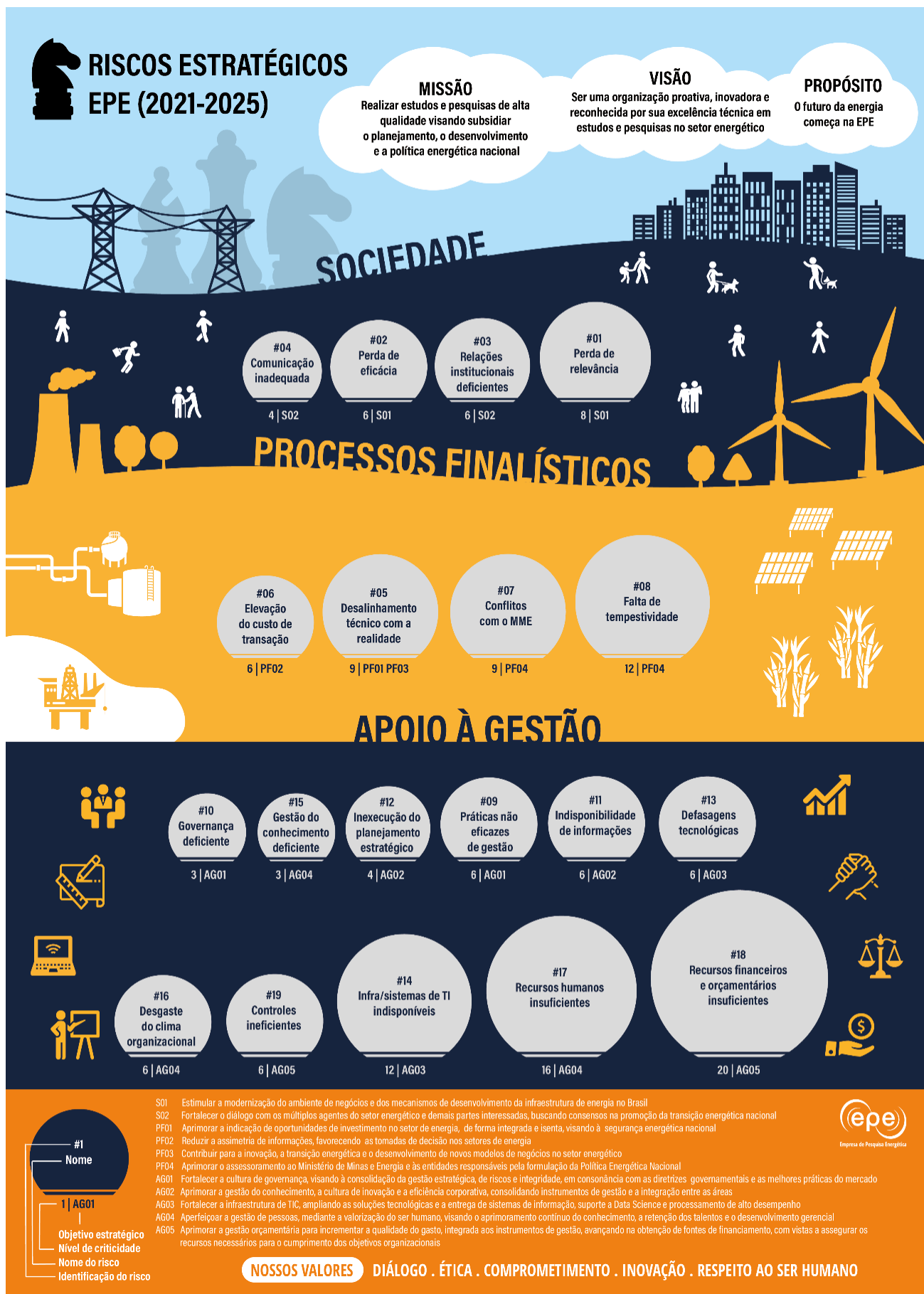
Os objetivos almejados foram alcançados. O escopo do plano de tratamento foi observado e o cronograma executado conforme planejado em 2021. Essa ação encerra-se em 2021.

DESTAQUES DE ALGUNS PLANOS DE TRATAMENTO REALIZADOS EM 2021

RISCO	Plano de Tratamento	Entregas/Avanços em 2021
R2: Perda de eficácia do planejamento energético	Reestruturação e fortalecimento do conselho consultivo da EPE (CONCEPE) OBS: Nome anterior do plano de tratamento: Aperfeiçoar o ciclo de execução de reuniões do CONCEPE.	Realização da primeira reunião do ciclo de gestão 2021-2024 Apreciação do novo Regimento Interno pelos conselheiros Divulgação de informações detalhadas sobre o CONCEPE no site da EPE (atas, portarias, deliberações e regimento interno) A 17ª reunião do CONCEPE foi realizada em dezembro, havendo sugestão do Presidente Substituto do CONCEPE para organizar as proposições feitas pelo Conselho à EPE
R9: Práticas não eficazes de gestão e dificuldades de garantia da conformidade;	Implantação da gestão documental	Documentação do projeto elaborada (Termo de Abertura de Projeto, Estrutura Analítica de Projeto, Cronograma, Matriz de Riscos, Metas e Indicadores, Metodologia de Monitoramento de Resultados) Papéis e responsabilidades inerentes ao projeto de implantação da gestão documental identificados Manifestação de interesse na implantação do Super.BR encaminhada à SG/SEME Contratação de serviços especializados de gestão documental e arquivística em andamento Ofício do Arquivo Nacional sobre validação da implantação do projeto piloto Cronograma do projeto revisado pelo Arquivo Nacional Reuniões de monitoramento com Arquivo Nacional e MME Validação da implantação do projeto piloto pelo Arquivo Nacional Cronograma do projeto revisado Relatório do diagnóstico básico concluído (sem levantamento documental das áreas) Composição da CPAD concluída
R9: Práticas não eficazes de gestão e dificuldades de garantia da conformidade; R11: Indisponibilidade ou falta de qualidade das informações; R12: Inexecução do Planejamento Estratégico	Aquisição e implantação de solução tecnológica para apoio ao Planejamento Estratégico, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos	Elaboração, Revisão e Aperfeiçoamento dos Termos de Referência com vistas à: (i) contratação das soluções de software de apoio para o planejamento estratégico e gerenciamento de riscos; e (ii) contratação de consultoria especializada para realização de diagnóstico do Sistema Normativo - Concluídos e entregues à DGC/DRL/LIC Término do processo de pregão eletrônico com assinatura de contrato com a proponente vencedora do edital visando a contratação de solução de apoio para o planejamento estratégico, gerenciamento de riscos e controles internos. Disponibilização das licenças e discussão sobre o cronograma de implantação e condução do projeto. Início da implantação do sistema. OBS: A implantação ocorrerá no 1º quadrimestre de 2022.

<p>R11: Indisponibilidade ou falta de qualidade das informações</p>	<p>Cultura organizacional em Gestão de Projetos. OBS: Nome anterior do plano de tratamento: Verificação da Aderência da Gestão de projetos à empresa.</p>	<p>Elaboração de formulário pesquisa/formulário online com vistas à prospecção e ao levantamento de informações acerca do grau de conhecimento em Gestão de Projetos tanto pelas áreas que compõem a estrutura organizacional, quanto pelos colaboradores Testes de uso do MS Planner para gerenciamento dos Projetos Estratégicos Iniciativas da DGC de uso da Metodologia de Gestão de Projetos da EPE nos Projetos Estratégicos da área Contratação da solução para o Planejamento Estratégico e Gestão de Riscos, que permite o gerenciamento dos projetos estratégicos</p>
<p>R19: Deficiência de controle físico, orçamentário e financeiro trazendo prejuízos e atrasos ao cumprimento dos objetivos de negócio</p>	<p>Aprimoramento da integração entre os instrumentos de planejamento da gestão OBS: Nome anterior do plano de tratamento: Implantação de controle físico, orçamentário e financeiro integrados aos planos estratégicos, táticos e operacionais</p>	<p>Termo de Abertura do Projeto (TAP) Cronograma Levantamento de todas as necessidades de melhoria de cada instrumento de planejamento e início do tratamento das soluções para os pontos levantados, assim como sugestões de melhoria de integração entre os planos e internas de cada instrumentos Elaboração de 2 notas técnicas, que foram apresentadas à Diretoria da DGC e à Presidência</p>

Segue infográfico resumo denotando a interligação do Mapa Estratégico Institucional e a Matriz de Riscos



**SÍNTESE
PROCESSO DE
GESTÃO DE RISCOS**

**Projetos e Atividades
das Áreas e
Superintendências**

5. SÍNTESE DO PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS

5.1. Levantamento dos Riscos junto às Áreas e Superintendências

A fim de difundir a metodologia de gestão e Riscos e fazer cumprir a base metodológica e normativa, a área de CGR mantém um trabalho de levantamento de Riscos, em conjunto com o Comitê de Governança, Riscos, Integridade e Controles Internos (CGRIC-X), para cada uma das Superintendências, voltando-se para os macroprocessos e competências de cada área.

Os seguintes temas foram tratados por cada Superintendência:



5.2. Mapas de Calor

Riscos Inerentes		Probabilidade				
		Muito baixa (improvável)	Baixa (pouco provável)	Média (possível)	Alta (provável)	Muito alta (frequente)
Impacto	Desprezível			R1.1	R23	
	Baixo	R64	R24	R8; R22; R31; R68; R69; R70; R74; R80	R26; R27; R28; R29; R30; R33; R65; R66; R67	R7; R20; R21; R32; R71
	Crítico		R3; R14; R16; R17; ;R75	R15; R15.1; R37; R48; R49; R72; R81	R6; R19; R39	R4
	Grave	R76; R82	R1.3; R2.1; R2.2; R14.1; R60; R61; R62; R63; R80; R80.1	R3.2; R12; R18; R34; R40; R43; R47; R59; R73; R77; R77.1; R82	R5; R25; R36; R41; R42; R44; R46	R1; R3.1; R9; R45
	Gravíssimo	R50	R1.2; R2; R11; R35; R38; R54; R55; R56; R57	R10; R52; R53; R58; R78.3; R79	R13; R78; R78.1; R78.2	R51

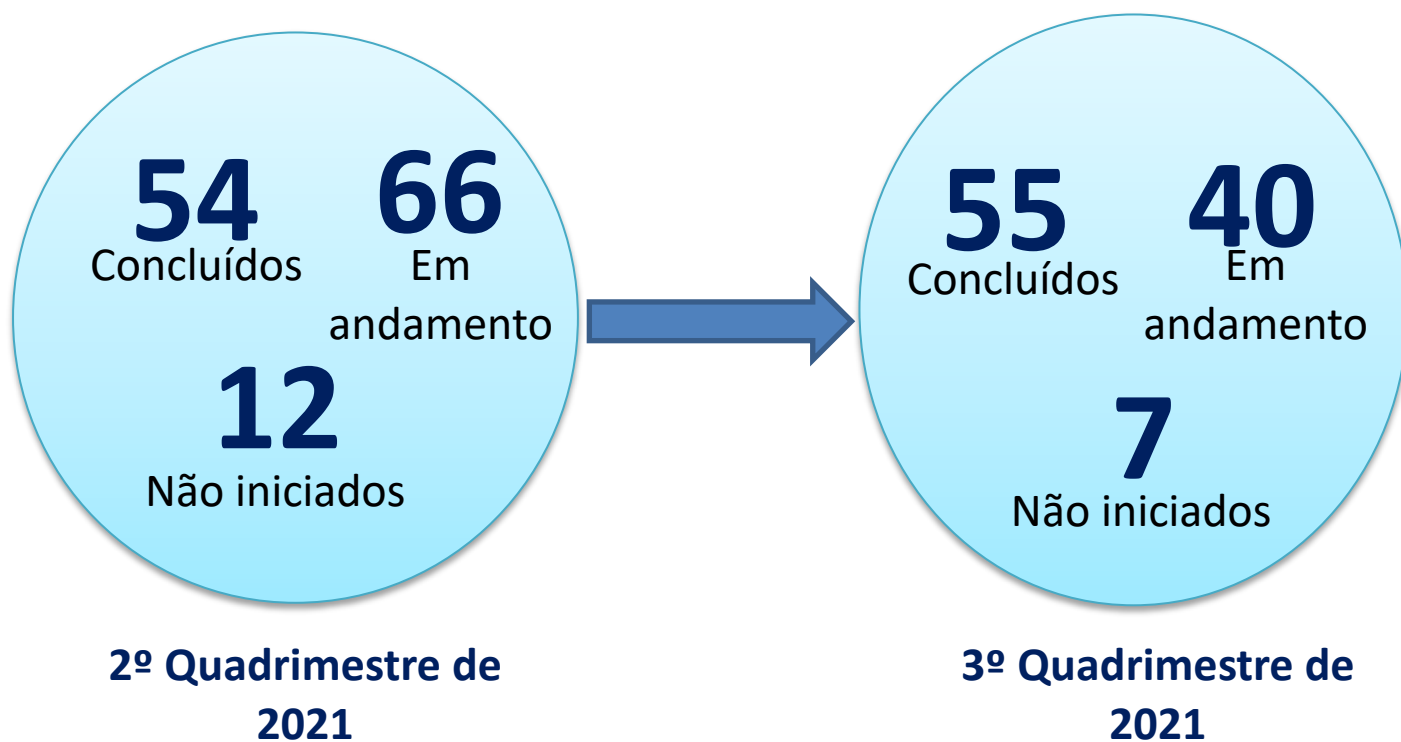
Riscos Residuais		Probabilidade				
		Muito baixa (improvável)	Baixa (pouco provável)	Média (possível)	Alta (provável)	Muito alta (frequente)
Impacto	Desprezível	R1.1; R23	R30; R33	R26; R32; R78.3		
	Baixo	R8; R14; R18; R24; R25; R29; R34; R64; R65; R67; R69; R70; R74; R75; R76	R22; R28; R31; R66; R68; R71	R7; R19; R20; R21; R27		
	Crítico	R3; R14.1; R16; R17; R48; R49; R50; R73; R81	R15; R15.1; R37; R39; R72	R4; R6	R9	
	Grave	R1; R1.2; R1.3; R2; R2.1; R2.2; R3.1; R3.2; R43; R47; R59; R60; R61; R62; R63; R77; R77.1; R80; R80.1; R82	R36; R40; R41; R42; R44; R45; R46	R5; R12		
	Gravíssimo	R35; R38; R51; R53; R54; R55; R56; R57; R78; R78.1; R78.2; R79	R11; R13; R52; R58	R10		

Risco R10: Comprometimento à segurança e integridade física

5.3. Criticidade dos Riscos Residuais

Riscos	Quantidade		
Baixos	62	→ 60	→ 57
Médios	35	→ 40	→ 38
Altos	4	→ 3	→ 1

1º Quadrimestre 2021 2º Quadrimestre 2021 3º Quadrimestre 2021





5.4. SEE – Balanço Energético Nacional

R1. Não atendimento as metas de prazo de publicação

R2. Quebra de sigilo das informações

R3. Redução de qualidade nos dados e informações disponibilizadas

Riscos inerentes

SEE		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível			R1.1		
	Baixo					
	Crítico		R3			
	Grave		R1.3; R2.1; R2.2	R3.2		R1; R3.1
	Gravíssimo		R1.2; R2			

Riscos residuais

SEE		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível	R1.1				
	Baixo					
	Crítico	R3				
	Grave	R1; R1.2; R1.3; R2; R2.1; R2.2; R3.1; R3.2				
	Gravíssimo					

Principais considerações

Risco Principal	Causa	Plano de Tratamento	Status
Redução de qualidade nos dados em informações disponibilizadas	*Treinamento de equipe incompatível com os desafios dos trabalhos	*Priorizar na LNC capacitações para a equipe do BEN.	Concluído
	*Indisponibilidade de dados	*Aprimoramento do sistema de coleta do BEN: sinalização das inconsistências a partir do cálculo do consumo específico.	Em andamento

Aspectos Relevantes

Acordo com IBGE para trocas de dados e elaboração do Sistema de conta de energia assinado em 25/05/2021. A equipe do BEN conseguiu interlocução na Petrobras que tem assegurado o acesso aos dados necessário. Avaliou-se que a solução mais adequada para tratar a coleta da Petrobras e de algumas outras instituições é a implementação de normativa legal. Iniciada a atividade com a atualização de cadastro dos agentes. *Realizada em 19/01/2022 reunião preliminar entre a SEE e o jurídico para avaliar a viabilidade da implementação de normativa legal (Portaria MME).* Avaliar possibilidade de acordo de cooperação com associações da indústria e do comércio. Status: Está em andamento a atualização de cadastro dos agentes, buscando o aprimoramento da interlocução com a indústria. Estamos monitorando esta evolução para avaliar necessidade de acordo. Foi incluído solicitação de atualização do sistema do BEN na lista de demandas da SEE para a STI em 2022.

5.5. SMA – UHE BEM QUERER

R4. Judicialização do processo de licenciamento ambiental
R5. Conflitos com a população local
R6. Atraso na obtenção ou negativa das autorizações
R7. Conflito de recursos humanos internos

R8. Impedimento de participação da EPE
R9. Alteração ou complementação de escopo
R10. Comprometimento à segurança e integridade física

R11. Exposição à roubo ou latrocínio
R12. Interrupção das atividades de contrato
R13. Inexecução contratual

Riscos inerentes

SMA		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível					
	Baixo			R8		R7
	Crítico				R6	R4
	Grave			R12	R5	R9
	Gravíssimo		R11	R10	R13	

Riscos residuais

SMA		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível					
	Baixo	R8		R7		
	Crítico			R4; R6	R9	
	Grave			R5; R12		
	Gravíssimo		R11; R13	R10		

Principais considerações

Risco Principal	Causa	Plano de Tratamento	Status
Comprometimento à segurança e integridade física do empregado	* Exposição à doenças silvestres e endêmicas durante os serviços de campo	* Contratar seguro de viagem incluindo remoção em caso de acidente.	Em andamento (Ações sendo tratadas pela DGC)
	* Acidente durante os deslocamentos aéreos, terrestres ou fluviais durante a realização dos serviços em região remota	* Contratar seguro de vida	
	* Exposição ao COVID-19	* Tornar obrigatória a adesão ao programa de vacinação do viajante (Fiocruz)	

Aspectos Relevantes

O risco de comprometimento à segurança e integridade física do empregado não é comum só ao projeto UHE Bem querer e nem exclusivo da SMA. Ele pode se materializar para o caso de qualquer empregado da EPE em viagem para locais remotos, abrangendo, outras Superintendências. Dessa forma, o risco deveria ser incorporado pela matriz de riscos estratégicos da EPE. Por se tratar de risco corporativo relacionado a pessoas o tratamento deve ficar a cargo da DGC. A SMA realizou reunião com a CGR para discutir e colocar seu posicionamento a respeito desse assunto. Também foi incluída a causa da exposição ao COVID-19. *As ações estão em andamento pela DGC.*



5.6. SEG - Etapa de inscrição e cadastramento de projetos para os leilões de energia

R14. Atraso na liberação ou não adequação do Sistema AEGE para cadastramento dos projetos no leilão
R14.1 Atraso na liberação ou não adequação do Sistema AEGE para cadastramento dos projetos no leilão
R15. Lentidão no acesso ao sistema AEGE pelo empreendedor para cadastramento dos projetos

R15.1 Lentidão no acesso ao sistema AEGE pelo empreendedor para cadastramento dos projetos
R16. MME estabelecer prazo muito curto para cadastramento dos projetos para o leilão
R17. Alteração de diretrizes do Leilão pelo MME durante o período de cadastramento que impactam negativamente o processo

R18. Não processamento de informações dos empreendedores necessárias ao cadastramento
R19. Problemas no Sistema de Armazenamento em Nuvem, desenvolvido para receber o upload dos projetos

Riscos inerentes

SEG – Etapa de inscrição e cadastramento de projetos para os leilões de energia		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível					
	Baixo					
	Crítico		R14; R16; R17	R15; R15.1	R19	
	Grave		R14.1	R18		
	Gravíssimo					

Riscos residuais

SEG – Etapa de inscrição e cadastramento de projetos para os leilões de energia		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível					
	Baixo	R14; R18		R19		
	Crítico	R14.1; R16; R17	R15	R15.1		
	Grave					
	Gravíssimo					

Principais considerações

Risco Principal	Causa	Plano de Tratamento	Status
Lentidão no acesso ao sistema AEGE pelo empreendedor para o cadastramento dos projetos	* Arquitetura atual do Sistema AEGE defasada * Aumento do fluxo de utilização do sistema pelos empreendedores nos últimos dias do cadastramento	* Acompanhamento e apoio à STI no desenvolvimento do novo Sistema AEGE	Em andamento

Aspectos Relevantes

Acompanhamento e apoio à STI no desenvolvimento do novo Sistema AEGE

5.7. SGE – Elaboração do capítulo 3 sobre Geração de Energia Elétrica do PDE

R20. Falta de alinhamento de premissas entre MME e EPE
R21. Mudança de prazo pelo MME na entrega do PDE
R22. Atraso no envio dos dados
R23. Inconsistências com o padrão geral do PDE
R24. Informações incompatíveis entre os capítulos
R25. Dados desatualizados

R26. Inconsistência de dados nos modelos computacionais (I)
R27. Inconsistência de dados nos modelos computacionais (II)
R28. Deck de entrada de dados do modelo (NEWAVE) com dados inconsistentes

R29. Inconsistência entre gráficos no relatório do PDE e os dados do modelo (Newave) e MDI
R30. Erro de implementação no MDI
R31. Falta de conclusão com relação a parâmetros do MDI
R32. Falta de comunicação interna (equipe SGE)
R33. Impossibilidade de gerar simulações por conta de limitações de recursos de hardware

Riscos inerentes

SGE – Elaboração do capítulo 3 sobre Geração de Energia Elétrica do PDE		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível				R23	
	Baixo		R24	R22; R31	R26; R27; R28; R29; R30; R33	R20; R21; R32
	Crítico					
	Grave				R25	
	Gravíssimo					

Principais considerações

Risco Principal	Causa	Plano de Tratamento	Status
Falta de alinhamento de premissas entre MME e EPE	* Falha de comunicação e postergação no início das conversas	* Definição da EPE em conjunto com MME de marcos para início e término das negociações das premissas para o PDE.	Em andamento

Aspectos Relevantes

Riscos residuais

SGE – Elaboração do capítulo 3 sobre Geração de Energia Elétrica do PDE		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível	R23	R30; R33	R26; R32		
	Baixo	R24; R25; R29	R22; R28; R30; R31	R20; R21; R27		
	Crítico					
	Grave					
	Gravíssimo					

5.8. STE – Relatório de viabilidade técnico econômica de alternativas

R34. Definição de parâmetros ou soluções equivocadas, inviáveis e/ou não otimizadas
R35. Vazamento de informação, definição de parâmetros ou soluções que favoreçam intencionalmente à terceiros.
R36. Ineficiência na execução de processos/procedimentos

R37. Inexistência de inovação
R38. Definição de que a elaboração dos Relatórios R1 e R2
R39. Perda de contribuição dos agentes do setor elétrico nos estudos da EPE

R40. Perda de capital humano
R41. Perda de qualificação técnica/profissional
R42. Acesso indevido de terceiros aos arquivos e informações utilizados nos estudos

Riscos inerentes

STE – Relatório de viabilidade técnico econômica e alternativas		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível					
	Baixo					
	Crítico			R37	R39	
	Grave			R34; R40	R36; R41; R42	
	Gravíssimo		R35; R38			

Riscos residuais

STE – Relatório de viabilidade técnico econômica e alternativas		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível					
	Baixo	R34				
	Crítico		R37; R39			
	Grave		R36; R40; R41; R42			
	Gravíssimo	R35; R38				

Principais considerações

Risco Principal	Causa	Plano de Tratamento	Status
Acesso indevido de terceiros aos arquivos e informações utilizados nos estudos	*Falha de segurança da informação	* Enfatizar as normas de segurança da informação.	Em andamento

Aspectos Relevantes

-



5.9. SGP – Processo de Gestão de ponto

R43. Inoperância parcial ou total do sistema
R44. Impossibilidade do sistema em atender novas demandas

R45. Informações incorretas de ajustes de ponto
R46. Informações insuficientes de descontos de faltas e atrasos

R47. Utilização indevida por parte dos usuários do sistema
R48. Insuficiência de informações no módulo de logs e auditoria

Riscos inerentes

SGP – Processo de Gestão de ponto		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível					
	Baixo					
	Crítico			R48		
	Grave			R43; R47	R44; R46	R45
	Gravíssimo					

Riscos residuais

SGP – Processo de Gestão de ponto		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível					
	Baixo					
	Crítico	R48				
	Grave	R43; R41	R44; R45; R46			
	Gravíssimo					

Principais considerações

Risco Principal	Causa	Plano de Tratamento	Status
Impossibilidade do sistema em atender novas demandas	* O sistema é muito limitado com a impossibilidade de se flexibilizar a sua operação	* Utilização de um novo sistema tecnicamente mais seguro, moderno e com maiores opções de ajustes e controles.	Em andamento

Aspectos Relevantes

A forma de encaminhamento desta ação está condicionada à algumas decisões institucionais relacionadas à adoção do trabalho remoto, em avaliação pela direção da empresa. Esta modalidade de trabalho, por sua vez, possui rebatimento na forma de controle de jornada, no regramento vigente e na utilização ou não do módulo de controle de jornada do sistema integrado de gestão TOTVS, já adotado pela Empresa para a folha de pagamento, gestão patrimonial e gestão contábil. O módulo de ponto eletrônico da TOTVS não envolve investimento em aquisição de sistema, apenas na parametrização. Caso não seja aprovada a alteração do regramento, devido à limitação do sistema de controle de jornada da TOTVS, será necessária aquisição de outro sistema. A eventual implementação do sistema se dará em 2022. Presumimos ser o final do primeiro semestre.

5.10.SRF – Processo efetuar pagamentos devidos

R49. Não pagamento de fornecedores e de tributos
R50. Não pagamento e/ou atraso de despesas de pessoal

R51. Impossibilidade de realizar a Gestão Financeira pela manutenção de AGC sem Função Gratificada exercendo a natureza de Gestor Financeiro

R52. Insuficiências de recursos Financeiros para financiar todas as despesas da EPE

Principais considerações

Risco Principal	Causa	Plano de Tratamento	Status
Insuficiências de recursos Financeiros para financiar todas as despesas da EPE.	<ol style="list-style-type: none"> 1 - Baixa arrecadação de tributos; 2 - Estabelecimento de limites financeiros menores que os de empenho; 3 - Excesso de restos a pagar do exercício anterior; 4 - Dependência do orçamento fiscal. 	<ol style="list-style-type: none"> 1 - Estabelecer prazos rigorosos de encaminhamento da documentação de pagamento; 2 - Monitoramento e leitura dos Boletins no portal do ME e acompanhar a edição e leitura dos decretos; 3 - Encaminhar mensalmente a planilha de programação orçamentária e financeira; 4 - Aperfeiçoar o controle de contas a pagar; 5 - Antecipar vencimentos em dezembro de 2021 6 - Realizar atuação junto em MME e ME para utilização do FONTE 172 no intuito de minimizar o contingenciamento ao longo dos anos. 7 - Realizar atuação junto em MME e ME para utilização do FONTE 172 em todas as ações orçamentárias da EPE 	<ol style="list-style-type: none"> 1 - Em andamento 2 - Concluído 3 e 4 - Em andamento 5 e 6 - Concluído 7 - Em andamento

Riscos inerentes

SRF – Processo efetuar pagamentos devidos		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível					
	Baixo					
	Crítico			R49		
	Grave					
	Gravíssimo	R50		R52		R51

Riscos residuais

SRF – Processo efetuar pagamentos devidos		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível					
	Baixo					
	Crítico	R49; R50				
	Grave					
	Gravíssimo	R51	R52			

Aspectos Relevantes

* Elaboração de Norma de pagamento;
* Vencimentos de Dezembro antecipados com êxito. Publicado Decreto nº 10.878/2021 autorizando o uso da Fonte 172 pela EPE.
Com a publicação do Decreto nº 10.878/2021, ação para ampliar o uso da F172 para demais ações orçamentárias principalmente para Administração da Unidade. Atuação junto ao MME e ME em andamento. Ao longo de 2021 o orçamento foi suplementado após a aprovação da LOA 2021 graças a forte atuação da Presidência, DGC e SRF junto ao MME e ME. O que garantiu honrar todos os compromissos assumidos no período e ainda disponibilizar 14 milhões ao MME, terminando assim com uma execução orçamentária de 98%.

5.11.SRF – Processo das Demonstrações Financeiras

R53. Insuficiência de profissionais com formação em ciências contábeis, na equipe de contabilidade
R54. Penalidade oriunda da inobservância de normas ou práticas contábeis e fiscais, por não atendimento a conformidade com ética, lei e regulamentos

R55. Registro contábil irregular, com falhas ou erros
R56. Quebra de contrato da consultoria e execução fiscal terceirizada

R57. Atraso na entrega mensal e anual (ECF e ECD) e demais obrigações ao fisco federal
R58. Erro operacional no sistema Totvs

Riscos inerentes

SRF – Processo de Demonstrações Financeiras		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível					
	Baixo					
	Crítico					
	Grave					
	Gravíssimo		R54; R55; R56; R57	R53; R58		

Riscos residuais

SRF – Processo de Demonstrações Financeiras		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível					
	Baixo					
	Crítico					
	Grave					
	Gravíssimo	R53; R54; R55; R56; R57	R58			

Principais considerações

Risco Principal	Causa	Plano de Tratamento	Status
Insuficiência de profissionais com formação em ciências contábeis, na Equipe de Contabilidade	<ol style="list-style-type: none"> 1 - Movimentação externa entre empregados e servidores federais; 2 - Política de pessoal inadequada; 3 - Ausência de método para quantificação de Equipes; 4 - Ausência de definição do quadro ideal para cada unidade organizacional; 5 - Não realização de concurso público 	<ol style="list-style-type: none"> 1- Atuação junto a diretoria executiva para alterar a estrutura organizacional da SRF/EPE 2- Envolver a SGP para solucionar a situação inadequada 3- Automação dos processos 4- Capacitação Permanente 5- Rodízio de pessoal 5 - CT-EPE-015-2021 - Terceirização da Contabilidade	Em andamento

Aspectos Relevantes

- * Assinado contrato CT-EPE-015-2021 - Terceirização da Contabilidade. Projeto em andamento.
- * A EPE mantém contrato de suporte e manutenção com a Totvs.
- * Riscos 53 e 58 mitigados, o que culminou com a reclassificação de seus níveis de criticidade.

5.12.SRL – Gestão Documental

R59. Perda, indisponibilidade, inutilização e/ou destruição de informações e documentos
R60. Tratamento inadequado ao acervo documental

R61. Descontinuidade do apoio institucional (Arquivo Nacional e MME)
R62. Falta de apoio institucional da EPE

R63. Indisponibilidade do Super.BR como plataforma de SIGAD
R64. Descontinuidade da coordenação do projeto

Riscos inerentes

SRL – Gestão Documental		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível					
	Baixo	R64				
	Crítico					
	Grave		R60; R61; R62; R63	R59		
	Gravíssimo					

Riscos residuais

SRL – Gestão Documental		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível					
	Baixo	R64				
	Crítico					
	Grave	R59; R60; R61; R62; R63;				
	Gravíssimo					

Principais considerações

Risco Principal	Causa	Plano de Tratamento	Status
Perda, indisponibilidade, inutilização e/ou destruição de informações e documentos	Falhas no processo de Gestão documental devido a ausência de plataforma de sistemas, de instrumentos normativos e ferramentas de gestão	Desenvolvimento de funcionalidade no Virtus Implantação de plataforma de gestão documental (Super.br) Estruturação de modelo de gestão documental Parceria com Arquivo Nacional e Ministério de Minas e Energia (SIGA)	Em andamento

Aspectos Relevantes

* Desenvolvimento de funcionalidades pela STI
* Solicitação de plataforma Super.BR à SG/SEME
* Ofício enviado ao Arquivo Nacional para implantação de projeto piloto
* Em fevereiro de 2022 está prevista apresentação, na reunião de gestão, sobre o andamento do projeto de gestão documental. Também será informado o início do cronograma de tratamento do acervo em cada área da EPE.
Já foi tomada iniciativa de comunicação e divulgação das informações sobre o projeto de gestão documental tanto no boletim informa, como por meio de comunicado para TODOS.

5.13.SRL – Gestão Patrimonial

R65. Descontrole dos ativos Patrimoniais
R66. Furtos de Bens Patrimoniais
R67. Perdas desconhecidas de Bens Patrimoniais

R68. Mal-uso de Bens Patrimoniais
R69. Não ressarcimento de bens perdidos ou danificados

R70. Ausência de Termo de Carga Patrimonial
R71. Atraso na preparação do Relatório de Inventário

Riscos inerentes

SRL – Gestão Patrimonial		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível					
	Baixo			R68; R69; R70	R65; R66; R67	R71
	Crítico					
	Grave					
	Gravíssimo					

Riscos residuais

SRL – Gestão Patrimonial		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível					
	Baixo	R65; R67; R69; R70	R66; R68; R71			
	Crítico					
	Grave					
	Gravíssimo					

Principais considerações

Risco Principal	Causa	Plano de Tratamento	Status
Atraso na preparação do Relatório de Inventário	* Período de realização conflitante com as demais atividades dos empregados designados; * Ineficiência na contagem dos bens, retardando todo o processo.	Inventário anual 2020/2021 e atualização do cadastro de bens	Em andamento

Aspectos Relevantes

Inventário concluído em 13/01/2022. Aguardando entrega dos relatórios.



5.14.SPG – Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás

R72. Ausência/escassez de pessoas na equipe com capacitação

R73. Problema de qualquer natureza no Software ArcGIS, imprescindível para o ZNMT

R74. Problema de qualquer natureza no Software Kingdom, necessário para ZNMT

R75. Problema de qualquer natureza nos dados solicitados a outros agentes, necessário para o ZNMT

R76. Problema de qualquer natureza nas ferramentas, criadas em conjunto com a TIC, no ambiente PowerBI necessárias para atualização dos resultados de volumetria apresentados no ZNMT.

Riscos inerentes

SPG – Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível					
	Baixo			R74		
	Crítico		R75	R72		
	Grave	R76		R73		
	Gravíssimo					

Riscos residuais

SPG – Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível					
	Baixo	R74; R75; R76				
	Crítico	R73	R72			
	Grave					
	Gravíssimo					

Principais considerações

Risco Principal	Causa	Plano de Tratamento	Status
Ausência/escassez de pessoas na equipe com capacitação	<ul style="list-style-type: none"> * Licenças médicas e outras ausências não programadas, como desligamentos. * Reorganização da equipe. 	Constante atualização dos Procedimentos Operacionais das atividades da área (faltantes), tendo um Analista Revisor que não esteja envolvido no momento com a atividade em questão. ("Analista back-up" de alguma função específica entre os Analistas)	Concluído

Aspectos Relevantes

- * Diálogo e reuniões com a TIC para reinstalação do Software.
- * Diálogo e reuniões frequentes com o fornecedor do Kingdom para tratar de versionamento do software e carregamento dos dados.
- * Diálogos e reuniões com outros agentes externos (ANP).
- * Nesse quadrimestre foram atualizados cinco Procedimentos Operacionais: sobre os IPAs Atividade Exploratória; Intensidade Exploratória; Necessidade de Conhecimento; Evidência de Hidrocarbonetos; Infraestrutura. Com relação ao novo mapa de importância de áreas para Gás Natural, foi criado um procedimento específico.
- * Durante as atividades houve remanejamento de Analistas entre as tarefas com objetivo de alcançar os resultados minimizando atrasos.



PRESIDÊNCIA



5.15. CONJUR - Manifestação Jurídica; Representação Judicial ou Extrajudicial; Gerenciamento e Fiscalização dos Contratos

R77. Elaboração de manifestação com conteúdo desatualizado
R77.1 Elaboração de manifestação com posicionamento conflitante ao adotado em outros documentos já emitidos
R78 (78.1; 78.2; 78.3) Perda de prazo

R79 Preenchimento incorreto de guia de custas judiciais
R80 (80.1) Não comparecimento do advogado a audiência/sustentação oral

R81 Não renovação dos contratos de serviços continuados da CONJUR, a tempo de garantir sua execução de forma ininterrupta
R82. Realização pelos diversos advogados que integram a CONJUR, de análises conflitantes relacionadas ao direito de usar ou de expor dos empreendimentos

Riscos inerentes

CONJUR		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível					
	Baixo					
	Crítico			R81		
	Grave		R80; R80.1	R77; R77,1; R82		
	Gravíssimo			R78.3; R79;	R78; R78.1; R78,2	

Riscos residuais

CONJUR		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível			R78.3		
	Baixo					
	Crítico	R81				
	Grave	R77; R77.1; R80; R80.1; R82				
	Gravíssimo	R78; R78,1; R78,2; R79				

Principais considerações

Risco Principal	Causa	Plano de Tratamento	Status
Perda de prazo	<ul style="list-style-type: none"> * Erro na contagem dos prazos; * Dificuldades de protocolo em razão da distância; * Advogados não tomaram ciência da abertura do prazo; * Área técnica não forneceu subsídios técnicos a tempo de elaboração de defesa. * Peça enviada ao juízo pelos correios foi extraviada. 	<ul style="list-style-type: none"> * Realizar diligência junto à OAB e ao Cartório * Realizar a gestão junto às áreas para garantir o cumprimento do prazo. 	Concluído

Aspectos Relevantes

-

6. RISCOS RELACIONADOS À FALTA DE CONFORMIDADE COM A LGPD

No final de 2021 a EPE contratou a empresa *High Compliance*, por meio do **contrato CT-EPE-051-2021**, para atuar como parceira da EPE, na execução de ações para assegurar a conformidade da EPE com a LGPD. A empresa atuará no processo e ajudará a conhecermos mais a fundo os conceitos, os requisitos e os elementos básicos exigidos pela Lei e seu paralelo em nossa rotina de trabalho. Essa contratação foi viabilizada pelos esforços da Chefia de Gabinete e da CONJUR/EPE.

Salientamos que o contrato CT-EPE-051-2021 tem como serviços contemplados: i) o planejamento inicial; ii) o mapeamento do tratamento de dados pessoais na EPE; iii) a análise de adequação da EPE à LGPD; iv) a criação do Programa de Conformidade à LGPD; e v) a assessoria ao encarregado, para implantação do Programa de Conformidade à LGPD.

7. CONCLUSÃO

Destacaram-se, então, os seguintes pontos relacionados aos temas de Governança, Riscos, Integridade e Controles internos da EPE, durante o 3º quadrimestre de 2021:

- Aprovação do Plano de Integridade;
- Renovação da adesão da EPE ao Pacto Brasil Contra a Corrupção;
- Término da etapa de instrução processual das contratações de aquisição de um ERP de Governança e do Diagnóstico do Sistema Normativo da EPE, com a execução dos pregões eletrônicos e assinaturas dos respectivos contratos e início da prestação dos serviços;
- Recebimento de Relatório enviado pelo TCU demarcando o término do processo de fiscalização do TCU visando a coleta de dados das organizações jurisdicionadas sobre governança organizacional e gestão públicas (trabalho conhecido como iGG), com a emissão de relatório específico para a EPE;
- Recebimento de certificado referente ao 5º ciclo de avaliação do indicador IG-SEST, denotando o bom resultado da EPE;
- Recebimento de relatório referente a processo de fiscalização realizada pelo TCU entre 2019 e 2020 para avaliar a conformidade das empresas estatais aos critérios e boas práticas de transparência, denotando um bom resultado alcançado pela EPE;

- Continuidade do processo de monitoramento da Nova Matriz de Riscos Estratégicos, onde foram levantadas informações sobre os 26 planos de tratamento priorizados para 2021. Outros 11 projetos terão início em 2022. Em 2021 foram priorizadas ações voltadas para mitigação dos dois principais riscos constantes na matriz (Risco 17 - Força de Trabalho insuficiente; Risco 18 - Insuficiência de recursos orçamentários e financeiros). Além do tratamento das questões relacionadas aos problemas trazidos pela Conjuntura Hídrica e aos pontos necessários aos reflexos da Lei de capitalização da Eletrobrás nos produtos e serviços da EPE;
- Continuidade do processo de análise e monitoramento dos riscos operacionais das áreas e superintendências. Neste quadrimestre o Risco 10 - **Comprometimento à segurança e integridade física** se manteve em um nível alto. O risco passou para a responsabilidade da DGC e necessita de mais discussões sobre as medidas possíveis de mitigação, que deverão ocorrer no 1º quadrimestre de 2022.
- O nível de classificação dos riscos **52 “Insuficiência de recursos Financeiros para financiar todas as despesas da EPE”** e **53 “Insuficiência de profissionais com formação em ciências contábeis”** foi diminuído. As ações efetuadas para mitigar o risco 52 encontram-se refletidas nos Planos de Tratamento voltados ao Risco 18 da matriz de riscos estratégicos da EPE. Para tratamento do **Risco 53 “Insuficiência de profissionais com formação em ciências contábeis”** foi assinado o contrato CT-EPE-015-2021 visando a terceirização da contabilidade. Com isso, esse risco tão importante e que afeta o processo de demonstrações financeiras acaba por ser mitigado.
- Realizou-se análise dos principais riscos referentes à governança e ao tratamento de dados pessoais inerentes à falta de conformidade com os requisitos estabelecidos pela LGPD. Os riscos foram mitigados frente a contratação de consultoria visando a implantação do Programa de Governança e Privacidade de dados da EPE.

Por fim, salienta-se que todos os pontos levantados acima denotam a devida urgência e relevância dos aspectos de governança, riscos, integridade e controles internos para a empresa e fazem parte de um ciclo contínuo de melhoria corporativa, com uma correlação direta com o Planejamento Estratégico Institucional, Objetivo Estratégico “Fortalecer a cultura de governança, visando a consolidação da gestão estratégica, de riscos e integridade, em consonância com as diretrizes governamentais e as melhores práticas do mercado”.

ANEXO I . LEGENDA DOS RISCOS IDENTIFICADOS

Nº do Risco	Risco	Causas	Área
R1	Não atendimento às metas de prazo de publicação	• Indisponibilidade de dados	SEE - Balanço Energético Nacional
R1.1		• Dificuldade na editoração do produto	
R1.2		• Invasão dos sistemas da EPE	
R1.3		• Equipe enxuta	
R2	Quebra de Sigilo das informações	• Invasão dos sistemas da EPE	
R2.1		• Eventual divulgação acidental de informações por colaboradores	
R2.2		• Armazenamento inadequado dos dados e de informações pessoais e organizacionais	
R3	Redução de qualidade nos dados e informações disponibilizadas	• Treinamento de equipe incompatível com os desafios dos trabalhos	
R3.1		• Indisponibilidade de dados	
R3.2		• Inconsistência na inserção dos dados da coleta online	
R4	Judicialização do processo de licenciamento ambiental	* Insatisfação da população com os estudos	SMA - BEM QUERER - Estudos socioambientais da UHE Bem Querer para obtenção da Licença Prévia
		* Desconhecimento da população sobre os impactos no rio e na região	
		* Insatisfação dos órgãos ambientais e ONGs em relação ao tratamento dos impactos	
		* Questionamentos e resistência da população e de seus representantes à empreendimentos hidrelétricos	
		* Retomada das atividades de campo do meio socioeconômico, que preveem contato com a população local (entrevistas, oficinas e cadastro socioeconômico), durante o período de pandemia	
R5	Conflitos com a população local	* Atuação de ONGs contrárias ao empreendimento	
		* Mobilização de grupos de interesse locais contra o empreendimento	
R6	Atraso na obtenção ou negativa das autorizações	<ul style="list-style-type: none"> * Falta de infraestrutura ou exigências adicionais dos órgãos (Funai, Ibama, SVS/MS, Iphan, Comitê Interministerial) * Negativa das populações indígenas para entrada em TI * Impedimento de acesso aos locais de coleta * Medidas sanitárias para o controle da pandemia causada pelo Covid-19 	

Nº do Risco	Risco	Causas	Área
R7	Conflito de recursos humanos internos	<ul style="list-style-type: none"> * Sobreposição de cronograma de projetos da SMA * Redução de disponibilidade de alguns profissionais 	
R8	Impedimento de participação da equipe da EPE nas atividades de campo	<ul style="list-style-type: none"> * Sobreposição de cronograma de projetos da SMA * Redução de disponibilidade de alguns profissionais * Restrição orçamentária 	
		* Pandemia causada pela COVID 19	
R9	Alteração ou complementação de escopo	<ul style="list-style-type: none"> * Revisão de orientações e boas práticas no processo de licenciamento ambiental * Publicação de estudos e normativos considerados extemporaneamente pelos órgãos envolvidos no processo de licenciamento (Ibama, Iphan, SVS/MS, Funai, etc.) * Complementações para atendimento de posicionamento técnico quanto à viabilidade do projeto 	
R10	Comprometimento à segurança e integridade física do empregado	<ul style="list-style-type: none"> * Exposição à doenças silvestres e endêmicas durante os serviços de campo * Acidente durante os deslocamentos aéreos, terrestres ou fluviais durante a realização dos serviços em região remota 	
		*Exposição ao COVID 19	
R11	Exposição à roubo ou latrocínio	* Transporte de valores para pagamento de serviços em regiões remotas	
R12	Interrupção das atividades do contrato	<ul style="list-style-type: none"> * Declaração de pandemia * Incidente de segurança Cibernético *Suspensão contratual para adequação ao co 	
R13	Inexecução contratual	<ul style="list-style-type: none"> • Corte orçamentário • Desistência ou inadimplência do contratado 	
R14	Atraso na liberação ou não adequação do Sistema AEGE para cadastramento dos projetos no Leilão	• Atraso na implementação dos ajustes no sistema AEGE/Sistema de Upload	SEG - Processo de Inscrição e Cadastramento dos Projetos para participação nos Leilões de Geração de Energia
R14.1		• Não implementação dos ajustes no Sistema AEGE/Sistema de Upload	
R15	Lentidão no acesso ao sistema AEGE pelo empreendedor para o cadastramento dos projetos	• Arquitetura atual do Sistema AEGE defasada	
R15.1		• Aumento do fluxo de utilização do sistema pelos empreendedores nos últimos dias do cadastramento	

Nº do Risco	Risco	Causas	Área
R16	MME estabelecer prazo muito curto para o cadastramento dos projetos para o Leilão	Necessidades específicas do MME	
R17	Alteração de diretrizes do Leilão pelo MME, durante o período de cadastramento, que impactem negativamente o processo (inclusão de nova fonte, alteração de critério de aproveitamento dos projetos)	Necessidades específicas do MME	
R18	Não processamento de informações dos empreendedores necessárias ao cadastramento (recuperação de senhas, alterações de titularidade, adesão ao sistema, problemas com inscrições erradas)	Limitação de pessoal devido a outras demandas / greve / férias	
R19	Problemas no Sistema de Armazenamento em Nuvem desenvolvido para receber o upload dos projetos	Falta de planejamento da TI / recursos de TI indisponíveis	
R20	Falta de alinhamento de premissas entre MME e EPE	Falha de comunicação e postergação no início das conversas	SGE –Cap. 3 de Geração de Energia Elétrica do PDE
R21	Mudança de prazo pelo MME na entrega do PDE	Mudança de diretriz ou premissas	
R22	Atraso no envio dos dados	Descasamento do Cronograma de Atividades	
R23	Inconsistências com o padrão geral do PDE	Mudanças de parâmetros que antes eram padrão (ex: início do estudo, número de anos)	
R24	Informações incompatíveis entre os capítulos	Troca de dados e informações insuficientes ou erradas	
R25	Dados desatualizados	Falha na transferência de informação	
R26	Inconsistência de dados nos modelos computacionais	Inserção de dados de forma manual	
R27	Inconsistência de dados nos modelos computacionais	Desenvolvimento do modelo ao mesmo tempo do uso	
R28	Deck de entrada de dados do modelo (NEWAVE) com dados inconsistentes; inconsistência de dados entre MDI e NEWAVE	Geração de novos cenários sem checagem de "dados fixos"	
R29	Inconsistência entre gráficos no relatório do PDE e os dados do Modelo (NEWAVE) e MDI.	Falta de documento de checagem dos gráficos/tabela padrões do plano; novos gráficos gerados.	
R30	Erro de implementação no MDI	Desenvolvimento do modelo ao mesmo tempo do uso	
R31	Falta de conclusão com relação a parâmetros do MDI (ex: calibração de série hidrológica e custo de déficit de ponta)	Desenvolvimento de metodologia junto com elaboração do Plano	
R32	Falta de comunicação interna (equipe SGE)	As análises do PDE avançam sem a devida comunicação aos integrantes	
R33	Impossibilidade de gerar simulações por conta de limitação de recursos de hardware	Concorrência com outros estudos que demandam a infraestrutura de hardware	
R34	Definição de parâmetros ou soluções equivocadas, inviáveis e/ou não otimizadas	*Falha técnica ou operacional	STE - Relatório de viabilidade técnico

Nº do Risco	Risco	Causas	Área	
R35	Vazamento de informação, definição de parâmetros ou soluções que favoreçam intencionalmente a terceiros	*Corrupção	econômica de alternativas.	
R36	Ineficiência na execução de processos/procedimentos	* Falha técnica, operacional ou gerencial. * Mão de obra ou recursos insuficientes; orçamento insuficiente		
R37	Inexistência de inovação	*Falta de estímulo à inovação		
R38	Definição de que a elaboração dos Relatórios R1 e R2 não seja atribuída à EPE	*Mudança na atribuição da EPE;		
R39	Perda de contribuição dos agentes do setor elétrico nos estudos da EPE	*Falta de compromisso dos agentes do setor; *Inexistência de mecanismos regulatórios		
R40	Perda de capital humano	*Plano de cargos e salários defasado; *Dificuldades de progressão salarial a partir do sistema de avaliação de desempenho.		
R41	Perda de qualificação técnica/profissional	*Baixa qualificação e capacitação dos profissionais *Contingenciamento de recursos		
R42	Acesso indevido de terceiros aos arquivos e informações utilizados nos estudos	*Falha de segurança da informação		
R43	Inoperância parcial ou total do sistema	Fragilidade do sistema em novas parametrizações		SGP – Processo de Gestão de Ponto
R44	Impossibilidade do sistema em atender novas demandas	*O sistema é muito limitado com a impossibilidade de se flexibilizar a sua operação		
R45	Informações incorretas de ajustes de ponto para subsidiar o processo de confecção da folha de pagamento	* Alto índice de ajustes feitos de maneira incorreta		
		* O sistema oferece opções de ajustes que se assemelham induzindo o usuário ao erro		
R46	Informações insuficientes de descontos de faltas e atrasos além do limite do banco de horas.	*Falta de relatórios adequados de monitoramento automático		
R47	Utilização indevida por parte dos usuários do sistema	*Existência de vulnerabilidades no sistema de armazenagem de senhas dos usuários do sistema		
R48	Insuficiência de informações no módulo de logs e auditoria do sistema	*O módulo de logs não registra todas as alterações possíveis que são efetuadas no sistema		
R49	Não pagamento de fornecedores e de tributos (inadimplência ou moratória)	* Falhas nos controles de contas a pagar que afetam o pagamento das despesas;	SRF - Pagamento de Despesas	
		*Documento de cobrança incorreto;		
		*Falta de informação de domicílio bancário;		

Nº do Risco	Risco	Causas	Área
		*Falta de recursos financeiros;	
		*Não recebimento de documento de pagamento pelas áreas que atestam pagamento;	
		*Não encontrar processo de pagamento e extravio de documento de cobrança;	
R50	Não pagamento e/ou atraso de despesas de pessoal	*Não ou recebimento de informações de pagamento de despesa de pessoal pelo RH.	
R51	Impossibilidade de realizar a Gestão Financeira pela manutenção de AGC sem Função Gratificada exercendo a natureza de Gestor Financeiro	*Falta da remuneração de função gratificada para a função de Gestor Financeiro.	
		*Baixa arrecadação de tributos;	
		*Estabelecimento de limites financeiros menores que os de empenho;	
R52	Insuficiências de recursos Financeiros para financiar todas as despesas da EPE.	*Excesso de restos a pagar do exercício anterior;	
		* Dependência do orçamento fiscal.	
		*Movimentação externa entre empregados e servidores federais;	
		*Política de pessoal inadequada;	
R53	Insuficiência de profissionais com formação em ciências contábeis, na Equipe de Contabilidade.	*Ausência de método para quantificação de Equipes;	
		*Ausência de definição do quadro ideal para cada unidade organizacional;	
		*Não realização de concurso público	
		*Falta de capacitação da Equipe de contabilidade;	
R54	Penalidade oriunda da inobservância de normas ou práticas contábeis e fiscais, por não atendimento a conformidade com ética, lei e regulamentos.	*Inobservância de mudança na legislação aplicada a contabilidade e tributária;	SRF - Demonstrações Financeiras
		*Não atendimento as recomendações dos órgãos de controle interno e externo;	
		*Ausência de informação integrada entre o ato de gestão e o registro contábil;	
R55	Registro contábil irregular, com falhas ou erros.	*Vulnerabilidade dos controles internos,	
		*Falta de conciliação dos registros contábeis;	

Nº do Risco	Risco	Causas	Área
R56	Quebra de contrato da consultoria e execução fiscal terceirizada.	*Baixo valor do atual contrato mediante ao perfil da EPE.	
R57	Atraso na entrega mensal e anual da Escrituração Contábil e Fiscal - ECF e Escrituração Contábil Digital - ECD e demais obrigações acessórias ao fisco federal	*Atraso na entrega da escrituração fiscal pela empresa terceirizada;	
		*Inconsistências na geração do ECD do módulo contábil da TOTVS;	
R58	Erro operacional no sistema Totvs	*Ausência de um contrato ativo de manutenção;	
		*Demora no atendimento pelo técnico da Totvs;	
R59	Perda, indisponibilidade, inutilização e/ou destruição de informações e documentos	*Falhas no processo de Gestão documental devido a ausência de plataforma de sistemas, de instrumentos normativos e ferramentas de gestão	SRL - Processo de Gestão Documental
R60	Tratamento inadequado ao acervo documental	*Inadequação da forma de tratamento e arquivamento do Acervo documental	
R61	Descontinuidade do apoio institucional do Arquivo Nacional e Ministério de Minas e Energia	*Redefinição de prioridades institucionais Limitação de recursos	
R62	Falta de apoio institucional da EPE à implantação do programa de gestão documental	*Não reconhecimento da alta direção e lideranças da importância estratégica sobre a implantação do programa de gestão documental	
R63	Indisponibilidade do Super.BR como plataforma de SIGAD	* Inviabilidade ou postergação de concessão da plataforma Super.BR à EPE	
R64	Descontinuidade da coordenação do projeto	* Transferência do coordenador para outra atividade organizacional ou desligamento da empresa	
R65	Descontrole dos ativos Patrimoniais	* Bens sem registro patrimonial e sem tombamento;	SRL - Processo de Gestão Patrimonial
		* Bens com registros incorretos/desatualizados.	
R66	Furtos de Bens Patrimoniais	* Ação deliberada de algum indivíduo	
R67	Perdas desconhecidas de Bens Patrimoniais	* Extravio ou furto;	
		* Guarda em local ignorado	
R68	Mal-uso de Bens Patrimoniais	* Utilização indevida dos bens patrimoniais da Empresa	
R69	Não ressarcimento de bens perdidos ou danificados	* Falta de procedimento simplificado de apuração regulamentado	

Nº do Risco	Risco	Causas	Área
R70	Ausência de Termo de Carga Patrimonial atualizado emitido pela SRL e assinado pelos respectivos Superintendentes	* Não aplicação da Norma de Gestão Patrimonial quanto a emissão e entrega do Termo de Carga Patrimonial (NOG-DGC-013, item 5.2.8)	
R71	Atraso na preparação do Relatório de Inventário	* Período de realização conflitante com as demais atividades dos empregados designados; * Ineficiência na contagem dos bens, retardando todo o processo.	
R72	Ausência/escassez de pessoas na equipe com capacitação	* Licenças médicas e outras ausências não programadas, como desligamentos. * Reorganização da equipe.	
R73	Problema de qualquer natureza no Software ArcGIS, imprescindível para o ZNMT.	* Licença do Software ArcGis não renovada * Excesso de usuários por licença * Incompatibilidade da nova versão do Software com os equipamentos existentes na EPE. * indisponibilidade orçamentária para contratação/renovação de licenças * indisponibilidade de equipamentos	SPG - Elaborar estudos de gestão dos recursos e reservas de petróleo e gás natural. Produto: Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás - ZNMT
R74	Problema de qualquer natureza no Software Kingdom, necessário para o ZNMT.	* Excesso de usuários por licença. * Incompatibilidade da nova versão do Software com os equipamentos existentes na EPE. * indisponibilidade orçamentária para contratação/renovação de licenças * indisponibilidade de equipamentos	
R75	Problema de qualquer natureza nos dados solicitados a outros agentes, necessários para o ZNMT.	* Demora ou não-recebimento dos dados solicitados. * Recebimento incompleto de dados. * Recebimento de dados duplicados. * Recebimento de dados desatualizados.	
R76	Problema de qualquer natureza nas ferramentas, criadas em conjunto com a TIC, no ambiente Power BI, necessárias para a atualização dos resultados de volumetria apresentados no ZNMT.	* Problemas no servidor da EPE * Aplicativo Power BI não funciona.	
R77	Elaboração de manifestação com conteúdo desatualizado	* Desconhecimento da edição de um novo normativo ou de alterações na jurisprudência sobre o tema	

Nº do Risco	Risco	Causas	Área
R77.1	Elaboração de manifestação com posicionamento conflitante ao adotado em outros documentos já emitidos pela Conjur	*Desconhecimento do conteúdo dos posicionamentos anteriormente adotados pela Conjur	judicial ou extrajudicial da empresa; e 3) Gerenciamento e fiscalização dos contratos
R78	Perda de Prazo	*Erro na contagem dos prazos.	
R78.1		*Dificuldades de protocolo em razão da distância.	
R78.2		*Advogados não tomaram ciência da abertura do prazo.	
R78.3		*Área técnica não forneceu subsídios técnicos a tempo de elaboração de defesa.	
R78.4		*Peça enviada ao juízo pelos correios foi extraviada.	
R79	Preenchimento incorreto de guia de custas judiciais	*Interpretação equivocada das regras de preenchimento	
R80	Não comparecimento do advogado a audiência/sustentação oral	*Evento de força maior que impede o comparecimento do advogado	
R80.1		* Esquecimento do compromisso	
R81	Não renovação dos contratos de serviços continuados da Conjur a tempo de garantir a sua execução de forma ininterrupta.	Atrasos na instrução processual	
R82	Realização, pelos diversos advogados que integram a Conjur, de análises conflitantes relacionadas ao direito de usar ou dispor dos empreendimentos	Desconhecimento do conteúdo das análises realizadas pelos outros advogados	